

Mapeamento dos espaços públicos de lazer: ações, participações e aderências

Silva, Carolina Caneva da, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
carolcaneva@gmail.com

Allet, Andressa Vieira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
vallet@unisinis.br

Beneditto, Giovanni, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
mmyskiw@hotmail.com

Ferreira, Monica de Souza, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
monica.aacb@gmail.com

Silveira, Raquel da, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
raqufrgs@gmail.com

INTRODUÇÃO

A ação governamental de planejar/justificar, espaços/serviços de lazer para os porto-alegrenses (Rio Grande do Sul/Brasil) vem sendo pensada por diferentes vieses e tem afetado a relação da comunidade com os espaços públicos de lazer. Entendendo a Sociologia Pragmática como uma possibilidade para analisar o mundo social através da ação do indivíduo na sociedade, acionando competências criativas ao agir, restabelecendo relações, acordos coletivos para a resolução das situações, destacamos um conjunto de ações/relações/justificativas que oportunizam experiências vividas no lazer e possibilitam a aderência populacional às novas situações. Investigar o passado para compreender ações e julgamentos dos atores no tempo presente parece ser uma estratégia importante para pensar em como os atores compreendem seus limites, recursos, mobilizam argumentos, justificativas para resolver seus problemas (Chateauraynaud, 2018; Corrêa & Dias, 2016).

Em 1926, a construção do primeiro Jardim de Recreio no centro de Porto Alegre (POA) foi o marco inicial dessa trajetória. A justificativa de uma cidade desenvolvida a partir dos espaços públicos de lazer e dos benefícios atrelados a eles como a melhoria na saúde, educação e segurança foram os principais argumentos dos atores governamentais e os motivos para a apropriação desses espaços pela população. A proposta envolvia a ação e relação de atores heterogêneos como comunidades, poder público, entidades privadas e voluntários para dispor de recursos para a sua manutenção, o que levou a uma organização social envolvida na proposta associativista (FEIX, 2003). Segundo Forell e Stigger (2016) a relação entre os

clubes e cidadãos, proporcionou a população ações/relações que garantiam a intermediação entre governo e população

Segundo Molina (2004) a ação do governo ao criar o Projeto Centro de Comunidade em 1970, justificada pelo desenvolvimento comunitário através de estratégias de participação popular, encontrou barreiras ao dialogar com os interesses comunitários, oferecendo à população periférica a oportunidade de solucionar problemas sociais como o lazer. Essa movimentação no lazer, trouxe aprendizagens significativas para a população usuária do espaço e para representantes de outros grupos, religiosos, clube de mães, associação de moradores, que viram no espaço uma oportunidade de reivindicação proporcionando impactos na vida pessoal, social e na organização comunitária.

Compreendendo o lazer como a emancipação do sujeito e um elemento de transformação social justificada pela inserção do lazer na constituição de 1988, as gestões da Frente Popular (1989 até 2004), colocam em sua agenda as demandas das comunidades buscando garantir espaços de lazer principalmente para as comunidades distantes do centro da cidade. A criação da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME) em 1993, estabelece novas relações entre governo e sociedade através da organização de fóruns e debates sobre o direito social ao lazer, a ampliação das Unidades Recreativas (UR's) e o fortalecimento das comunidades e associações (Forell & Stigger, 2016). As experiências e aprendizagens oportunizaram a compreensão dos limites, recursos, assim como a mobilização de argumentos, justificativas para resolver problemas no campo do lazer entre os diferentes atores.

As rupturas causadas por questões partidárias nos governos que sucederam os da Frente Popular vêm desestruturando o trabalho construído coletivamente. Em 2017, a SME perde seu status de Secretaria e é acoplada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte. Essa ação acarretou em mudanças orçamentárias e estruturais nos serviços anteriormente ofertados e o risco da perda de direitos mobilizou diferentes atores durante os anos deste governo em prol da manutenção da SME. A expertise adquirida através das experiências anteriores foi um fator importante para essa ação. Em janeiro de 2021, a nova gestão da prefeitura devolveu ao Esporte e Lazer seu antigo status de Secretaria. A atual Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) atua de forma gerencialista, ancorada na lógica de mercado ofertando eventos em locais estratégicos da cidade, como a região central, e mantendo as poucas UR's restantes com o auxílio de emendas parlamentares, parcerias com o setor privado.

Atualmente, os espaços públicos de lazer estão ligados a SMELJ ofertando atividades e a Secretaria Municipal de Parceria (SMP), responsável pela mediação que oportuniza a manutenção dos espaços físicos, reunindo empresas e cidadãos através de serviços voluntários e trocas de benefícios. Uma dessas propostas se denomina ‘Prefeito da Praça’¹. Diferente das propostas anteriores, onde se fortalecia a ação participativa das comunidades através de seus coletivos e da atuação dos professores da SME, a nova política encoraja o cidadão a se somar ao poder público na gestão dos espaços de lazer recebendo o título de ‘O Prefeito da Praça’, o que nos leva a crer que o lazer alinhado aos interesses comunitários já não está mais em pauta.

Entendendo que os espaços públicos de lazer de POA atualmente são atravessados por diferentes atores, comunidades, Secretarias, Prefeitos de Praças e empresas privadas, e que o lazer se faz possível através de suas ações e relações, mapeamos os espaços públicos de lazer, UR’s e Prefeitura de Praças com o objetivo de compreender a ação, participação e os motivos da aderência da população as práticas de lazer na cidade de Porto Alegre.

METODOLOGIA

O *locus* dessa pesquisa foi o site oficial da Prefeitura de POA, onde buscamos reportagens e informações que possibilitaram o mapeamento dos espaços públicos de lazer da cidade, assim como das UR’s e os locais de aderência a política atual “Prefeito da Praça”. Utilizamos o Plano Diretor da cidade para identificar as regiões entendendo que o mesmo possibilita uma visão atual de como a cidade vem sendo planejada a partir de uma organização social, cultural e regional. Desta forma ficou definido 8 regiões: Região 1 (Centro); Região 2 (Humaitá/ Navegantes/Ilhas e Noroeste); Região 03 (Norte e eixo Baltazar); Região 04 (Leste/ Nordeste); Região 05 (Glória/ Cruzeiro e Cristal); Região 06 (Centro-Sul e Sul); Região 07 (Lomba do Pinheiro/ Partenon) e Região 08 (Restinga/ Extremo-Sul).

Essa análise documental nos proporcionou identificar e agrupar os espaços de lazer da cidade assim como os locais onde a SMELJ tem atuado e os bairros onde a política “Prefeito da Praça” se faz presente. Para isso nos atentamos a compreender os motivos da aderência da população as práticas de Lazer da cidade de Porto Alegre através da ação do indivíduo para a resolução das situações.

¹ Decreto Nº 21.073, de 17 de junho de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3L9MYN1>. Acesso em: 26 abril 2023.

O MAPEAMENTO DOS ESPAÇOS DE LAZER, UNIDADES RECREATIVAS E PREFEITOS DA PRAÇA

Hoje Porto Alegre possui 688 praças, 18 UR's e 259 Prefeitos de Praça. Os resultados encontrados neste recorte mostram que a disponibilização, planejamento dos espaços públicos de lazer, assim como a apropriação dos mesmos, parecem estar atrelados às ações e ideais de lazer construídos historicamente. Durante a década de 1920, a visão higienista sobre o lazer influenciou o processo de modernização da cidade e suas principais ações iniciaram na Região 1, que hoje conta com 105 praças e na Região 6, onde estavam alocados os principais pontos de veraneio da época, orla da cidade, onde encontramos 121 praças. O deslocamento das famílias operárias para os arredores do centro da cidade, o aumento populacional, a construção de conjuntos habitacionais e as invasões territoriais, na década de 1950, exigem um novo planejamento urbano atento à ocupação do tempo livre dos trabalhadores. Assim houve uma importante ação para a instalação de 145 praças na Região 2 da cidade. Posteriormente a segregação urbana que deu origem à maioria das vilas da cidade na década de 1960 e 1970, e o lazer entendido como um tempo/espaço de intervenção social, como nos mostra Molina (2004), nos leva a crer que o número de praças dessas regiões pode estar relacionado a uma maior vulnerabilidade social. Desta forma encontramos um total de 87 praças na Região 4, 85 na Região 3, 60 praças na Região 8, 49 praças na Região 7 e por fim 36 na Região 5.

A criação da SME em 1993 e o aumento de UR's, de 17 para 35, mostram que as ações de uma política que procurava dar conta das necessidades de cada região, facilitando a relação entre o Poder Público e a sociedade, fortaleceu a ação participativa comunitária e o sentimento de pertencimento. Com as rupturas na Secretária dada as trocas de administração, restaram apenas 18 UR's administradas pela SMELJ, 5 delas estão na Região 1, as Regiões 2, 3 e 6 possuem 2 cada e nas Regiões 4, 7 e 8 apenas 1 em cada região. Essas UR's ainda mediam a relação entre a SMELJ e a comunidade, contudo encontram-se carentes de recursos financeiros e operacionais impactando assim as atividades ofertadas e as relações entre seus atores. A Região 5 é a única carente deste atendimento.

Desde a extinção da SME, uma nova forma de olhar para o lazer está presente na cidade, as parcerias público privadas. Com o discurso de que os custos das cidades e a manutenção dos espaços públicos só é possível através da ação dos seus moradores, tendo o pertencimento como argumento principal, a atual Prefeitura conta com a parceria de 259 Prefeitos de Praças distribuídos da seguinte forma: Região 1 (58); Região 2 (44); Região 3 (38); Região 8 (37), Regiões 4 e 6 (25 cada); Região 5 (20) e por fim a Região 7 (12). Ao

verificar a localização desses voluntários observamos que os bairros com maior número de prefeitos são o Centro Histórico (22), a Restinga (27) e Sarandi (18), ao refletir sobre os motivos de aderência a proposta destacamos que o elevado número de prefeitos localizados no Centro Histórico, pode estar relacionado ao processo de revitalização e ressignificação dos espaços, a promoção de eventos esportivos e políticos, o que nos leva a crer que essa ação individual possa estar ligada a busca de um status político e social. Os outros dois bairros encontram-se em zonas periféricas, distantes dos holofotes dos eventos e dos interesses das grandes empreiteiras, a ação individual desses cidadãos e sua ligação facilitada com a SMP, tem se mostrado eficaz para a garantia e manutenção dos espaços públicos de lazer de seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de mapear os espaços públicos de lazer, UR's e Prefeitura de Praças para buscar compreender a ação, participação e os motivos da aderência da população à Política Pública de Lazer da cidade como uma forma de solucionar os problemas. Os dados obtidos na análise documental mostram que a ação dos atores, a compreensão de limites e recursos está em constante processo de construção, interligado com a ação governamental. As diferentes experiências e competências adquiridas através das vivências no campo do lazer têm proporcionado, ao longo dos anos, o restabelecimento da ordem e a capacidade de aderências às novas situações.

Ressaltamos que a ação de descentralização dos espaços públicos de lazer parece ter recuado atualmente visto que a região que mais possui UR's é a Região Central da cidade. Essa escassez de atividades planejadas para as diferentes regiões, as aprendizagens e as vivências participativas nas gestões anteriores podem estar influenciando na aderência a nova, visto que os dados nos permitem duas interpretações possíveis: (1) O elevado número de Prefeitos de Praça na Região central da cidade nos leva a crer que essa ação individual possa estar ligada a busca de um status político e social; (2) E nos bairros onde encontramos demarcadores de desigualdade social e tradição em lutas sociais, esse canal de comunicação, relação, com a Prefeitura e a SMP, tem se mostrado importante para garantir às vivências de lazer da comunidade.

REFERÊNCIAS

Chateauraynaud, F. (2018, Julho). *A prova do tangível. Experiências de investigação e o surgimento da prova*. [blogdosociofilo.com], <https://bit.ly/3AJBoDB>

- Corrêa, D. S. & Dias, R. DE C. (2016). A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, 22(1), 67–99. <https://doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p067>
- Feix, E. (2003). *Lazer na cidade de Porto Alegre do início do Século XX: a institucionalização da recreação pública*. [Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume UFRGS. <http://hdl.handle.net/10183/2781>
- Forell, L. & Stigger, M. P. (2016). Gestão e Democracia: um estudo etnográfico sobre a apropriação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 19(2), 168–198, <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2016.1242>
- Molina, R. M. K. (2007). A participação cidadã nos marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos. O caso do Projeto Centro de Comunidade, na cidade de Porto Alegre. *Movimento*, 10(2), 11–37, <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2838>